ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL
CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
Semeando Novos Rumos

Eixo 9

"MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO"

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 9- MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

9.1. Comunicação na América Latina

Os meios de comunicação de massa hoje situam-se num pólo emissor de um espectro ideológico. Salvo raras exceções, poucos são aqueles em cuja programação ou conteúdo pode-se encontrar espaço de equilíbrio de opiniões. Problemas como concentração de meios sob o guarda-chuva de uma mesma holding são comuns a todos os países da América do Sul. Nesse sentido, é importante abordar a discussão sobre mudanças necessárias no Brasil, mas que já existem exemplos na América Latina

RESUMOS APROVADOS

Representações sociais na mídia impressa: Jornal da Manhã e Jornal Diário dos Campos Gerais sobre a violência envolvendo adolescentes em Ponta Grossa- Paraná. **(autor(es/as): Gisele Ferreira Kravicz)**

NO DESCOMPASSO DA LEI: DISPUTA PELA HEGEMONIA E DIFUSÃO DA TELESUR NA ARGENTINA **(autor(es/as): Gláucia da Silva Mendes)**

O DIREITO INTERNACIONAL EM FACE DAS MOBILIZAÇÕES ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS – NOVOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS **(autor(es/as): Alessandra Prezepiorski Lemos)**

Projeto Transfronteira: possibilidades das mídias na educação **(autor(es/as): Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi)**

FOLKCOMUNICAÇÃO VISUAL NA INTERNET: AS IDENTIDADES CULTURAIS PARANAENSES EM PÁGINAS NO FACEBOOK **(autor(es/as): Weslley Dalcol Leite)**

Reflexões sobre uso de tecnologias no meio educacional **(autor(es/as): Claudionor Henrique Dias)**

AS ABORDAGENS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA **(autor(es/as): DIVINA ROSANGELA DE SOUZA COSTA DIAS;Joana Peixoto)**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA **(autor(es/as): Eliege Maria Fante)**

Apropiación de Tecnologías para la Comunicación. Generando autonomía, desmantelando barreras.**(autor(es/as): HUGO ALBERTO ANGELELLI ESTIGARRIBIA)**

O PAPEL DA AFETIVIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA **(autor(es/as): JEZUINA KOHLS SCHWANZ**

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA IMPRESSA “JORNAL DA MANHÃ” E “JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS GERAIS” SOBRE A VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ADOLESCENTES EM PONTA GROSSA – PARANÁ

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo apresentar algumas reflexões iniciais sobre como a violência relacionada aos adolescentes são discutidas, representadas e abstraídas na mídia impressa: Jornal da Manhã e Diário dos Campos Gerais em Ponta Grossa. A metodologia utilizada tem como pressuposto a pesquisa qualitativa, buscando compreender e analisar os significados presente no mundo social. Buscamos em conjunto realizar um levantamento bibliográfico por meio de uma revisão de literatura livros, artigos e materiais disponíveis na internet e que estão diretamente relacionados a temática. Foram catalogadas 39 matérias veiculadas pelos jornais locais. Utilizamos como recorte temporal para amostragem as principais matérias disponíveis na internet desde 2009 até junho de 2012, tendo como pressuposto metodológico a I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM).
Palavras chaves: Representação social, mídia impressa, agendamento das políticas públicas.

Gisele Ferreira Kravicz- Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Especialização em Práticas Interdisciplinar Junto à Família (2007- UEPG), Especialização em Mídia, Política e Atores Sociais (2010- UEPG) e Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Áreas de atuação: pesquisadora na área da comunicação, infância, juventude e cidadania.

Constantino Ribeiro de Oliveira Junior- (Professor-Orientador) Graduação em Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1990), especialização em Teoria e Prática do Futebol Futsal pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Arapongas (1991) , especialização em Ciência da Educação Motora pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1993) , especialização em Pedagogia do Esporte pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994). Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1996) e doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Membro de corpo editorial da Revista Emancipação (UEPG). Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Estudos do Lazer. Atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho, Lazer, Políticas púbicas, Meninos de rua, Identidade.

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar algumas reflexões iniciais sobre como a violência relacionada aos adolescentes é discutida, representada e abstraída na mídia impressa: Jornal da Manhã e Diário dos Campos Gerais em Ponta Grossa.

A proposta de aprofundar algumas inquietações, ou seja, como a abordagem da mídia impressa pode estabelecer representações sociais a partir do discurso pronunciado, veio ao encontro da inserção ao Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011), o qual será o trabalho para a dissertação de mestrado na linha

de pesquisa: História, Cultura e Cidadania. Deste modo, a presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento.

Partimos do pressuposto de que a mídia impressa não é elemento estático e que ela está inserida num tempo e espaço, sendo formada por ideologias sociais, políticas, culturais, religiosas e morais. Ela possibilita por meio da notícia e da matéria jornalística produzir e reproduzir representações sociais vinculadas ao discurso. A partir das notícias apresentadas pelos jornais locais sobre a violência envolvendo adolescentes, sejam estes agentes ou vítimas da violência, questionamo-nos: como os jornais locais abstraem, comunicam e discutem as notícias e matérias de violência referente aos adolescentes? O enfoque dado às notícias e matérias perpassam subjetivamente valores aos leitores? O agendamento das políticas públicas nos meios de comunicação pode fomentar uma nova forma de ver o fenômeno da violência?

O presente estudo focaliza-se numa pesquisa qualitativa, a qual tem por objetivo "[...] traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]" (NEVES, 1996, p. 01). Neste sentido, compreender o significado e o simbolismo nas relações humanas permite:

> [...] uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (MINAYO e SANCHES, 1993, p. 244).

O recorte espacial do objeto de estudo será o município de Ponta Grossa, por meio dos jornais "Jornal da Manhã" e "Jornal Diário dos Campos Gerais", por serem os dois jornais de maior veiculação na cidade de Ponta Grossa, tendo abrangência dos principais acontecimentos que ocorrem na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná e no Brasil. O recorte temporal será delimitado a partir das notícias apresentadas pelos jornais locais nos anos de 2009 a 2012. O argumento metodológico que define a delimitação temporal refere-se que no ano de 2009 foi realizada a I Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) com o objetivo de debater e formular diretrizes no setor de comunicação. A Agência de Notícias da Infância (ANDI) organizou um documento com reflexões e propostas para a formulação de um marco regulatório no documento intitulado *Infância e Comunicação: uma agenda para o Brasil*, buscando avançar nas discussões pertinentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente e na consolidação de uma mídia de qualidade.

A fase subsequente é de cunho bibliográfico por meio de uma revisão na literatura de livros, artigos e periódicos que estão diretamente relacionados à pesquisa. A partir dessas discussões e dos elementos teórico-metodológico, será realizada a coleta dos

dados por meio da catalogação dos jornais de maior veiculação no município de Ponta Grossa “Jornal da Manhã” e “Jornal Diário dos Campos Gerais”, entre os anos de 2009 a 2012. Para a análise será utilizada a análise de conteúdo, a qual se centraliza na mensagem apresentadas pelos jornais, revendo as principais intenções de quem emite a mensagem. Esta contextualização permite ao pesquisador realizar as inferências: características principais do texto, quais as causas e fatores que motivaram as mensagens e quais os efeitos que esta mensagem poderá produzir.

Na busca pela compreensão de como os jornais locais “Jornal da Manhã” e “Diário dos Campos Gerais” abstraem, comunicam e discutem as matérias e notícias referentes à violência envolvendo os adolescentes, é necessário primeiramente compreender a Teoria das Representações Sociais (TRS) para posteriormente enfocar como a mídia local comunica as notícias referentes ao fenômeno da violência envolvendo os adolescentes, pois é a partir de representações sociais que poderemos compreender como as notícias são abstraídas pelos leitores.

Temos como ponto de partida que a comunicação e a linguagem “[...] são constitutivas e constituidoras do sujeito e das representações, ou seja, o sujeito é constituído pelas significações culturais e é constituinte de significações sociais” (MOREIRA e OLIVEIRA, 1998, p. xi).

1. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Partimos do pressuposto de que as representações sociais se manifestam na linguagem, na comunicação, nos gestos, nas escolhas e atitudes que os sujeitos adotam diante da realidade. Representações sociais perpassam as relações sociais e possibilitam definir o que “[...] é lícito, tolerável ou aceitável em um dado contexto social” (ABRIC, 1998, p. 30). Representações sociais, portanto, são construídas, reconstruídas e desconstruídas pelos sujeitos de acordo com o contexto histórico em que estes estão inseridos.

A TRS tem sua origem na Sociologia a partir das representações coletivas de Émilie Durkheim, mas ganhou visibilidade com Moscovici e foram posteriormente aprofundadas por Denise Jodelet. Representações sociais tem seu desenvolvimento na Psicologia Social na “[...] medida que em que articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, que permite compreender a formação do pensamento social e pronunciar as condutas humanas” (BONFIM e ALMEIDA, 1991/92, p. 77). A união entre Sociologia e Psicologia Social possibilitou a psicossociologia do conhecimento a partir das discussões de Serve Moscovici (1961) na sua tese *La psychanalyse, son image et son*

public[1]*,* que a Teoria das Representações Sociais (TRS) ganham uma teorização. A TRS propõe:

> [...] um conceito para trabalhar com o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Partia da premissa de que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas que são móveis, e define duas delas, pregnantes nas nossas sociedades: a consensual e a científica, cada uma gerando seu próprio universo (ARRUDA, 2002, p. 129-130).

Deste modo, o espaço científico pode ser apreendido a partir dos procedimentos formais, linguagem e hierarquia interna, que se constituem na ciência e o qual procura trabalhar com a maior objetividade possível, enquanto o espaço consensual se constrói e (re) constrói na conversação informal, na interação e na vida cotidiana, sendo essenciais para a vida humana. Representações sociais se edificam com maior frequência na esfera consensual, entretanto as duas esferas (científica e consensual) não se esgotam, sendo que "[...] no universo consensual aparentemente não há fronteiras, todos podem falar de tudo, enquanto no reificado só falam os especialistas" (ARRUDA, 2002, p. 130). O espaço consensual estabelece que neste ambiente "[...] a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano" (MOSCOVICI, 2003, p. 50). Já no universo reificado, a sociedade adquire diferentes papéis, e a atribuição está nas competências constituídas:

> [...] a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito, seu direito de trabalhar 'como médico', 'como psicólogo', 'como comerciante', ou de se abster desde que 'eles não tenham competência na matéria (MOSCOVICI, 2003, p. 52).

Representações sociais a partir das contribuições de Moscovici enfocam a valorização do senso comum na constituição do conhecimento, isto é, não é todo o conhecimento que pode ser considerado representação social, mas aquele que é elaborado socialmente na interação entre os sujeitos, oriundo da vida cotidiana e que tem por finalidade apreender, interpretar e agir sobre a realidade (BONFIM e ALMEIDA, 1992, p. 80-81). Portanto, a TRS tem como ponto de partida a compreensão de que sujeito e objeto estão interligados, e não há separação. O objeto existe mediante a relação que se estabelece com um sujeito, quando o sujeito realiza atribuições ao objeto (exprime ideias, valores, opiniões), o sujeito o (re)cria e o (re)constrói perante a realidade e, portanto, esta abordagem confere também uma nova forma de compreender a realidade social, conforme observamos:

> Os autores da teoria afirmam que toda representação se origina em um sujeito (individual ou coletivo) e se refere a um objeto. Jodelet sintetiza a ideia: toda representação é representação de alguém e de alguma coisa. Toda representação se refere a um objeto e tem um conteúdo. E o 'alguém' que a formula é um sujeito

> social, imerso em condições específicas de seu espaço e tempo (ARRUDA, 2002, p. 141-142).

A partir da realidade (re)apropriada é que os sujeitos constituem a realidade. Toda representação é "[...] uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito" (ABRIC, 1998, p. 27-28). Esta realidade permite aos sujeitos compreenderem a realidade a partir dos seus referenciais, condutas e atitudes, possibilitando se encontrar nesta realidade. Para MOSCOVICI (2003) as representações sociais possuem a habilidade de compreender um dado objeto e também orientam os sujeitos na capacidade de definição. Neste processo de interação entre o sujeito e o objeto presente nas representações sociais é que podemos constatar que representações sociais não são criadas por sujeitos isolados, mas "[...] elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem" (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

Assim, podem ser compreendidas por representações sociais as "[...] ideias, imagens, concepções e visão de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, as quais estão vinculadas às práticas sociais" (MOREIRA e OLIVEIRA, 1998, p. xii). Desta forma, cada sujeito busca dar sentido ao mundo que o cerca, compreendendo-o e socializando-o por meio dos interesses da vida cotidiana.

Por outro lado, as representações sociais são prescritivas, isto é, elas impõem uma ordem, uma força sobre o que deve ser pensado, sendo "[...] uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado" (MOSCOVICI, 2003, p. 36).

A força que se faz presente nas representações sociais tem o potencial de controlar "[...] a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe" (MOSCOVICI, 2003, p. 38). Em outras palavras, por mais tênue e ingênua que possam ser as ideias, conceitos e compreensões sobre determinado objeto, estes constituem a realidade e como tal, tornam-se concretos.

As representações sociais são elementos fundamentais no cotidiano dos sujeitos, presentes na comunicação e na interação, na forma como compreendemos determinadas questões e nas formas como comunicamos, pois sem o ato de representar "[...] não poderíamos sair da experiência imediata" (BONFIM e ALMEIDA, 1992, p. 82). É por meio do estudo das representações sociais que compreendemos a dinâmica na interação dos sujeitos, encontrando elementos que os aproximam e os convergem. As representações sociais também podem ser "[...] uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos,

transcende a cada um individualmente" (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 81). Cada sujeito, enquanto ator social, a partir da sua experiência e vivência atribui uma importância a alguns aspectos em detrimento de outros, orientado por sua história de vida.

Desta forma, partimos do pressuposto de que: "[...] a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade" (MOSCOVICI, 2003, p. 54). A familiaridade supõe estabelecer a partir das situações cotidianas um padrão e uma referência para serem medidas e julgadas, pois o ato de aceitar e:

> [...] compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas é outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso (MOSCOVICI, 2003, p. 55).

Esta referência também equivale para as situações de não-familiaridade. Aquilo que não nos é familiar, isto é, qualquer situação incomum, torna-se passível de ser tipificado e avaliado. O sentimento de não-familiaridade advém quando não há fronteiras e ou as convenções desaparecem, quando a separação entre o abstrato e o concreto se entrelaçam e aquilo que se pensou que ser abstrato torna-se concreto:

> [...] estas pessoas são como nós e contudo não são como nós; [...] e pré-ocupam e incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui; eles são percebidos, sem ser percebidos; sua irrealidade se torna aparente quando nós estamos em sua presença; quando sua realidade é imposta sobre nós [...] (MOSCOVICI, 2003, p. 56).

Este mesmo processo é observado diante dos casos de violência, onde o fenômeno é realizado por um sujeito comum a qualquer sujeito enquanto ser humano, entretanto este ultrapassa as fronteiras do que é permitido e instituído pela sociedade. O sentimento de indignação advém do não reconhecimento daquilo que é considerado como atributos humanos e, portanto, normais a todos.

Para que um objeto não familiar seja transformado em familiar, prevê dois processos: objetivação e ancoragem. O processo de objetivação se faz presente quando um objeto abstrato é materializado, tornando-se acessível ao senso comum. Em outras palavras, a objetivação é o processo pelo qual um conceito ou fenômeno "[...] se torna expressão de uma realidade vista como natural" (ORDAZ e VALA, 1998, p. 88). Para que o processo de objetivação ocorra é necessário aderir a um conceito e transformá-lo em uma imagem, e a imagem torna-se uma representação. A objetivação, portanto, consiste em "[...] transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico" (MOSCOVICI, 2003, p. 61). A objetivação requer "[...] condensar significados diferentes – significados que frequentemente ameaçam

significados indizíveis, inescutáveis - em uma realidade familiar" (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 82).

A ancoragem é o processo de classificação, possibilitando dar sentido a um determinado objeto, estabelecendo-os a um contexto familiar. Classificar, "[...] significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido na sociedade e em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe" (MOSCOVICI, 2003, p. 63). Ambos os processos de objetivação e ancoragem possuem o potencial de estabelecer uma realidade que é ao mesmo tempo conhecida e ao mesmo tempo "[...] institucionalizada e, paradoxalmente, desloca aquela geografia de significados já estabelecida, que as sociedades, na maior parte das vezes, lutam para manter" (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 82). Portanto, em primeiro lugar possibilita tornar o não familiar em familiar, possibilitando uma compreensão e interpretação aos fenômenos e, em segundo lugar, após a constituição das representações sociais, torna essas representações socialmente funcionais na sociedade, isto é, reproduzindo-as.

A função da comunicação também mantém uma relação com representações sociais. Os sujeitos por meio das relações sociais que estabelecem se comunicam por meio da linguagem. É a partir das diferentes comunicações que representações sociais podem circular e se mover. Desta forma, a imprensa, enquanto formadores de representações sociais, pode por meio da difusão, propagação e da propaganda desempenhar um papel fundamental na formação de representações sociais.

A partir destes elementos propostos por MOSCOVICI (2003), da difusão na elaboração de opiniões, a propagação na formação de atitudes e propaganda na formação de estereótipos que a mídia impressa se insere enquanto um espaço propício de representações sociais e que serão discorridas, pois a notícia não apenas se torna familiar como reforça representações sociais intrínsecas aos sujeitos, mas também fornece uma explicação sobre o mundo, promovendo a familiaridade perante o que ocasiona medo, ordenando aquilo que deve ser aceito e pensado dentro da sociedade.

1.1 A MÍDIA IMPRESSA

A comunicação é um fenômeno social historicamente construído desde o início da humanidade, de acordo com o Dicionário de Filosofia, o ato de comunicar é o caráter específico presente nas relações humanas, podendo ser mantidas com participação recíproca e compreensão (ABRAGNANO, 2007). O processo de comunicação envolve a

produção, a transmissão e a recepção. A comunicação também pode ser compreendida como:

> [...] cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 63).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação[2] possibilitou-se que novas formas de ação e interação ocorressem, impulsionando novas formas de se estabelecer os relacionamentos sociais. Para que este processo ocorra, THOMPSOM (1998) distinguiu três formas ou tipos: interação face a face, interação mediada e quase-interação mediada. A interação face a face supõe a presença entre os sujeitos, dentro de um contexto de tempo e espaço imediato, possui um caráter de diálogo, à medida que está presente o fluxo de comunicação e informação, o receptor e o produtor das mensagens se interagem em um processo contínuo. A interação mediada se contrapõe a interação face a face, pois implica o uso de meios técnicos para que a transmissão ocorra, sendo: cartas, conversas telefônicas. A quase-interação mediada supõe as relações estabelecidas pelos "meios técnicos de comunicação", isto é, os livros, jornais, rádio, televisão, dentre outros. Esta forma de interação dissemina-se através do tempo e espaço, possibilitando uma gama de informações e conteúdos simbólicos (THOMPSON, 1998, p. 78-79). Esta última forma de interação será objeto de discussão nesta pesquisa, pois centra-se na mídia impressa.

Os estudos que abrangem os campos da comunicação e da informação expõem duas formas distintas. O primeiro refere-se ao contexto da comunicação social e enquanto o segundo possui generalizações no contexto do jornalismo[3]. O contexto do jornalismo se insere "[...] na produção e distribuição de notícias no campo das mídias" (ADGHIRNI, 2009, p. 261). Há uma distinção entre comunicação e informação, onde a comunicação, de caráter "[...] *expansivo* e voltado para a inclusão de novos elementos significativos, ao passo que a informação é um processo *seletivo*, voltado para a exclusão de elementos definidos como insignificantes" (COHN, 2001, p. 43).

Desta maneira estes dois campos se aproximam e se distinguem ao mesmo tempo, funcionando como sinônimos. O campo jornalístico pode ser considerado como um elemento fundamental no mundo social, pois impulsiona a construção social da realidade, norteando formas de pensar e de conceber a notícia, isto é:

> [...] detém um monopólio real sobre os acontecimentos suscetíveis de influenciar os demais campos. O campo do jornalismo é um universo estruturado sobre oposições que são ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, cada jornal e cada jornalista ocupa um lugar numa rede de estratégias (ADGHIRNI, 2009, p. 271).

O jornalismo possui entre outras tarefas o "[...] estabelecimento da agenda, formando a opinião pública, impulsionando a formação de conhecimentos, reduzindo a complexidade social através da criação de temas comuns de conversação" (CORREIA, 2001, p. 13).

Neste sentido, o jornalista opera a informação, um recorte sobre o mundo e, portanto, "[...] na capacidade de recortar o mundo (o conjunto ilimitado e indiferenciado de objetos e eventos) e de estabelecer a diferença entre o que importa e o indiferente (no sentido exato do termo)" (COHN, 2001, p. 45). A seleção de fatos que podem ser considerados notícias perpassa a construção de uma realidade social, desta forma:

> [...] quando se fala da construção social da realidade não é para falar de manipulação, mas apenas para dizer que a construção de um significado objectivo é um processo histórico, social e cultural que resultou da intervenção de protagonistas da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais (CORREIA, 2009, p. 22).

O processo de comunicação é um processo amplo que atua no interior dos recortes estabelecidos pela informação. A mídia possui um papel fundamental na construção do mundo social, quando a mesma tem a capacidade de transmitir imagens e informações para a sociedade, considerando os diferentes contextos "[...] a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência" (THOMPSON, 1998, p. 106). Deste modo, os sujeitos:

> [...] podem estar bem conscientes do papel construtivo (ou desconstrutivo) da mídia. Eles sabem que o que eles dizem no rádio ou na televisão poderá ser ouvido por milhares ou milhões de outros que podem responder de formas concertadas ao que é dito. Eles sabem que, ao assistir à televisão ou escutar o rádio, eles podem descobrir algo – ainda que parcialmente – do que está acontecendo além de seus contextos sociais imediatos, e eles podem usar esta informação para orientar suas ações. Eles sabem que, controlando o fluxo de imagens e de informações, a mídia desempenha um importantíssimo papel no controle do fluxo dos acontecimentos (THOMPSON, 1998, p. 106).

Por outro lado, sabemos que as notícias também transmitem valores, seja estes valores implícitos de quem redige a notícia, ou os valores presentes na sociedade, os quais exigem dos sujeitos um esforço no sentido de compreender os fenômenos e relaciona-los a suas experiências e vivências enquanto sujeitos históricos.

A notícia é, portanto, concebida no jornalismo como sinônimo de comunicação, informação e produção. Notícia, desta forma, é o material produzido que é publicado nos jornais, estabelecendo alguns processos na sua constituição. No processo de construção da notícia existem alguns elementos presentes no seu desenvolvimento, sendo: título, *lead*[4], subtítulos e a sua estrutura em blocos, a pirâmide invertida[5].

Outro aspecto presente na construção das noticias é o enquadramento (*frames*), o qual funciona como um dispositivo interpretativo que busca estabelecer os princípios de

seleção e as questões que possuem ênfase na construção da notícia. O enquadramento pode ser concebido como "[...] um tipo de mensagem que visa ordenar ou organizar a percepção do observador dizendo: 'Tenha em conta o que está dentro e não o que está fora'" (CORREIA, 2011, p.49). Os *frames* são definidos como elementos básicos que dirigem os acontecimentos sociais e o envolvimento subjetivo que os sujeitos possuem.

Outras considerações importantes são que há uma correlação entre a agenda apresentada pela mídia e a agenda do receptor, e nesta relação a agenda do receptor pode influenciar a agenda midiática, desencadeando novos agendamentos midiáticos. Além disso, as relações de poder presente na mídia possibilitam que a mesma não apenas oferece os assuntos a serem tratados e discutidos como também possibilitam o que pensar sobre eles. A análise dos estudos sobre o agendamento perpassam três esferas: a agenda pública, a agenda política conhecida como *policy* e a agenda *building* que é a criação do agendamento.

As notícias também são classificadas por diferentes aspectos, ou seja:

> [...] sua forma de apresentação, pelo conteúdo, pela estrutura – e segundo distintos ângulos de observação, como, por exemplo, a notícia em cada um dos meios de comunicação (rádio, jornal, revista, TV, internet). Elas podem ser objeto de consumo (mídia para as agências de publicidade, matéria paga nos veículos ou resultado de transações comerciais entre empresas); unidade discursiva (na literatura, retórica, ou lingüística); ou forma de transmissão cultural (na sociologia) (JORGE, 2006, p. 02).

Devido as Tecnológicas da Informação e da Comunicação (TICs)[6] e o aparecimento de novas formas de interação, os jornais também disponibilizam uma versão online ou jornal digital na internet, o qual pode levar a informação e também ser utilizado como espaço de publicação. As notícias na forma digital apresentam uma gama de conteúdo e possibilita a interação do leitor com o material disponibilizado, seja por meio da crítica, do debate, da indignação diante de determinado acontecimento. O jornalista, portanto, se torna um mediador o qual organiza e se torna um facilitador da notícia. As notícias no jornal online também são organizadas por grupos temáticos ou organizadas de forma classificada, onde cada tema se insere em uma seção. Esta forma de organização possibilita que o leitor encontre as notícias que mais o interessa. Os jornais online não possuem periodicidade, pois constantemente pode ser atualizado na internet.

Os jornais digitais não diferenciam dos jornais impressos, pois não há especificidades em torno do processo da construção da notícia, ou seja, o jornalismo é o mesmo. Porém, o que difere é a possibilidade de postar a notícia com novas informações, utilizando recursos como fotografia, vídeos ou sites em forma de ícones para que a notícia possa ser complementada e acessada. Os leitores, após as postagens podem comentar,

criticar, debater entre si, reconstruir e neste processo de interação representações sociais são ao mesmo tempo reconstruídas e compartilhadas.

Outro fator importante que se faz presente na notícia é o fator de relevância, isto é, o jornalista irá ressaltar os valores que se fazem presentes na sociedade em seu momento histórico. A notícia possui a função de orientar o mundo e o homem na sociedade, por meio de assinalar os acontecimentos. Neste sentido, os sistemas de relevância também refletem o que uma sociedade considera importante e pertinente para ser abordado e discutido, uma vez que os sistemas de relevância:

> [...] variam consoante as culturas, as comunidades, os grupos e os indivíduos pelo que a identificação dos problemas e dos interesses e, consequentemente, a relevância dos assuntos, também é, ela própria, variável. Por isso, cada sociedade, cada comunidade têm conceitos distintos de acontecimento, e, portanto, o conteúdo dos meios reflecte o conceito dominante de notícia vigente em cada sociedade em determinado período da sua história (CORREIA, 2011, 35).

Entretanto, um acontecimento só pode se tornar relevante a partir da intervenção de diferentes fatores que perpassam a sua construção, e portanto, a relevância de um acontecimento "[...] também é o produto de um sistema mediático que decide o que é relevante que as pessoas conheçam" (CORREIA, 2011, p. 13).

A natureza do enunciado jornalístico detém em seu contexto a qualidade de ser público, isto é, circula em diferentes espaços, possui um caráter de interesse coletivo e renega a ideia de segredo, no que tange a atividade de divulgação, pois uma "[...] vez publicado, tornado público, fica, de certa forma, impossível de controlar" (CORREIA, 2009, p. 34). Os produtos da mídia são destinados a diferentes sujeitos que se inserem em diferentes contextos, os quais podem, portanto, interpretar e fazer uso da notícia concebendo seus significados e também as relações de poder que emana do seu conteúdo.

Neste sentido, partimos da compreensão de que os fenômenos sociais podem ser considerados como ações intencionais expostas a contextos sociais estruturados. Os sujeitos no cotidiano são orientados por diferentes objetivos e fins, porém eles agem dentro de circunstâncias previamente estabelecidas e que possibilitam diferentes formas de se relacionar e de se situar. A posição que os sujeitos ocupam dentro de um determinado campo ou instituição está relacionada ao poder que ela possui. O poder pode ser definido como "[...] capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências" (THOMPSON, 1998, p. 21).

1.2 O PODER SÍMBOLICO

Para aprofundarmos as discussões suscitadas sobre as relações da mídia impressa, busca-se reconhecer como as notícias são abstraídas e comunicadas para os leitores, e se neste processo elas perpassam relações de poder ou significações simbólicas. Portanto, o poder simbólico, o qual pode ser definido como sendo "[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU,1998, p. 08). Este autor faz uso dos sistemas simbólicos para exemplificar as relações que perpassam a comunicação enfatizando que o poder exercido é estruturante porque os meios de comunicação são estruturados (BOURDIEU, 1998, p. 09). O poder simbólico tem o potencial de construir a realidade, estabelecendo uma teoria do conhecimento, fornecendo um sentido imediato do mundo social. Os símbolos são elementos que integram e permitem o *consensus* perante o mundo social e, portanto, possibilitam a reprodução da ordem social que é a integração da lógica em conjunto com a integração moral.

O processo de produção simbólica é um processo constante no qual as formas simbólicas se constituem e reconstituem em todo o momento. A atividade simbólica é um exercício de doação de sentido ao mundo, por meio do qual:

> [...] o homem torna significante tudo aquilo que o rodeia: dos objectos físicos aos seres naturais, incluindo o seu próprio mundo social, constituído tanto pelos outros homens e pelas relações de dependência recíproca que estes estabelecem entre si, como pelo próprio indivíduo, que através da comunicação (e em sociedade) adquire sua própria identidade ao tornar-se ser significante para os outros (ESTEVES, 2002, p. 226).

O poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, mas se faz presente numa determinada relação, entre os que exercem um poder e os que são subordinados a este poder, pois:

> O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competências das palavras (BOURDIEU, 1998, p. 10-11).

A notícia é uma atividade que detém, além de informações, significados e formas simbólicas de representação. As formas simbólicas podem ser definidas a partir da "[...] vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercitiva" (THOMPSON,1998, p. 24). Denota-se que é na interação entre os sujeitos e nas diferentes formas de comunicação e interpretação que os conteúdos simbólicos são transmitidos, apreendidos e (re)construídos. A partir disso, as formas simbólicas presentes nas diversas esferas da comunicação cujo foco é os jornais, podem "[...] provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir

caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva" (THOMPSON, 1998, p. 24).

A recepção das notícias e dos produtos veiculados pela mídia devem ser concebidos como uma atividade e, portanto, não são processos passivos. Nota-se que:

> [...] os usos que os receptores fazem das matérias simbólicas podem divergir consideravelmente daqueles (se é que houve) pensados ou queridos pelos produtores. Mesmo que os indivíduos tenham pequeno ou quase nenhum controle sobre os conteúdos das matérias simbólicas que lhe são oferecidas, eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneira totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores (THOMPSON,1998, p. 42).

Outra questão se refere ao conteúdo das mensagens que é transmitido pela mídia, o qual ultrapassa o processo de recepção. As mensagens são amplamente discutidas e compartilhadas pelos sujeitos na vida cotidiana, os quais transmitem estas mensagens para outros sujeitos que podem ou não ter participado do processo inicial da recepção da mensagem. O conteúdo que é transmitido pode adquirir uma nova dimensão, a partir da reprodução ampliada das mensagens. As mensagens podem ser transformadas "[...] através de um processo contínuo de repetição, reintegração, comentário, riso e crítica" (THOMPSON, 1998, p. 45). Por meio desse processo da reprodução das mensagens, o conteúdo latente pode estar diversificado, sofrendo atravessamentos das visões de mundo que perpassam seu conteúdo inicial e que podem imprimir os sistemas simbólicos (representações sociais) no cotidiano dos sujeitos.

A incorporação das mensagens transmitidas pela mídia impressa possibilita que o sujeito fomente uma construção de si mesmo, envolvendo um processo que é ao mesmo tempo de formação e autocompreensão dos fenômenos que se fazem presentes no mundo. A apropriação das mensagens transmitidas pela mídia é incorporada à vida cotidiana dos sujeitos, fomentando uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e onde ele está situado no tempo e espaço, portanto, derivado de um contexto histórico.

As notícias também podem colaborar para a construção de identidades, a partir do processo de significação que o sujeito atribui sobre si mesmo e sobre os demais sujeitos; a identidade "[...] designa as características de uma pessoa ou de um colectivo para se sentir participante de uma cultura determinada, ou para se diferenciar de outros que considera estranhos" (CORREIA, 2009, p. 103). É por meio do reconhecimento, do ato de pertencer e da exclusão que identidades culturalmente são construídas.

Além da identidade como sinônimo de reconhecimento presente nas notícias, as tipificações também adquirem espaço, a medida que se determina aquilo que deve ser pensando pelos sujeitos. A tipificação no desenvolvimento das notícias tem por finalidade

o “[...] agir tipicamente sobre situações similares, recorrendo a um conhecimento socialmente partilhado através da experiência quotidiana” (CORREIA, 2009, p. 56). Este processo de construção permite que a cada nova situação, os sujeitos busquem encontrar semelhanças com outros acontecimentos passados, restaurando assim a familiaridade a tipificação inicial que será vivida e representada, possibilitando que se outras se originem. Desta maneira, as notícias quando tipificadas em grande escala podem vir a se tornar estereótipos, colaborando para a criação de um estigma na sociedade.

Desta maneira, por meio do enredo da notícia é possível que se reproduzam formas de controle e poder? A notícia constrói estereótipos capazes de fomentar representações sociais e de decretar aquilo que deve ser pensado e aceito na sociedade?

2. A VIOLÊNCIA APARTIR DO DISCURSO DA MÍDIAIMPRESSA LOCAL

Partimos da compreensão de que a violência não é um fenômeno inato no homem, mas sim um fenômeno social e multifacetado. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência seria o:

> [...] uso da força física ou poder real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Outra forma de compreender o fenômeno da violência infere que a abrangência pode ser apreendida a partir de diferentes critérios e ponto de vista, sendo “[...] institucionais, jurídicos, sociais, às vezes pessoais – segundo a vulnerabilidade física ou a fragilidade psicológica dos indivíduos” (MICHAUD, 1989, p. 12).

A partir da apresentação dos conceitos da violência, levantamos a seguinte questão: os jornais locais compreendem a violência como um fenômeno dinâmico presente historicamente? Para contextualizarmos as questões levantadas, apresentaremos 04 (quatro) matérias veiculadas pelos jornais onde o fenômeno da violência é abstraído: A primeira matéria intitulada: *PM apreende menor homicida*, veiculada no “Jornal Diário dos Campos Gerais” no dia 27 de agosto de 2010 relata a “apreensão” de um adolescente envolvido em um crime, destacamos na exposição da notícia como o acontecimento é informado:

> Foi apreendido ontem à tarde por policiais do Projeto Povo Nova Rússia o adolescente de 17 anos que matou com um golpe de faca Fabiano da Silva Ferreira, 25 anos, por volta das 12 horas de domingo, na Rua Renê Gomes Nápolis, Jardim Atlanta. Ele foi encontrado no Parque Nossa Senhora das Graças com outros três elementos, relatou o policial Colman.

A abstração da notícia respalda no relato policial de como aconteceu o crime. Verifica-se que além do relato, a ênfase está na atribuição da veracidade imposta na matéria de que o crime foi intencional, conforme expõe:

> O adolescente alegou que apenas se defendeu. 'Ele (Fabiano) estava me batendo. Então eu dei o golpe (de faca) nele'. A versão de legítima defesa é desmentida pelo ferimento que causou a morte. Foi um único, que atingiu as costas da vítima.

Este relato de intencionalidade possibilita ao leitor apreender este adolescente como um "criminoso". A mídia, em alguns casos, "[...] contribui, mais do que qualquer outra instituição, para a consolidação e a difusão de conceitos estereotipados" (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 95).

As matérias catalogadas enfatizam ora o papel do adolescente como elemento propulsor da violência, ora nos atos de que estes são violados em seus direitos como subordinados ao fenômeno de naturalização da violência. Como exemplo desta banalização da violência, apresentaremos uma matéria que relata uma adolescente de 15 anos vítima de violência, a qual é legitimada pela história de vida da adolescente. A matéria anuncia: *Menor pega carona e é estuprada*, publicada pelo Jornal Diário dos Campos Gerais no dia 29 de novembro de 2011, expõe:

> Uma adolescente de 15 anos foi violentada sexualmente, na madrugada desta segunda-feira, depois de pedir carona a um dos clientes, do bar onde trabalha na região de Uvaranas. Este já é o terceiro estupro sofrido pela menina [...]. Segundo informações do delegado Maurício Souza da Luz, da 13ª Subdivisão Policial (SDP), a adolescente estava em um bar, onde trabalha na cozinha, quando pediu carona a um dos clientes do estabelecimento. Ela iria buscar lanches para os funcionários do local, e este homem se ofereceu para levá-la. Na volta do trajeto, o acusado teria parado o carro num lugar deserto, trancado as portas e obrigado a adolescente a ter relações sexuais com ele. Só depois do abuso a menina conseguiu escapar e foi atrás de ajuda. Repassou aos policias militares características do agressor e do veículo. Através de patrulhamento, o homem foi encontrado e levado até a delegacia, onde negou as acusações. Ele garante que apenas deu carona a menor de idade.

Após a divulgação da matéria, insurgem os comentários postados pelos leitores no site do jornal, destacamos a repercussão e recriminalização diante do crime (Sic):

> Sujeito A: não é estupro só ele que não pagou pelo programa.
> Sujeito B: pela terceira vez, essa ai tbm pediu neh
> Sujeito C: Estuprada pela terceira vez?trabalhava num bar com denuncias de prostituição e estava pernoitando la por problemas familiares?esta menina não é santa mesmo e o cara quis aproveitar se deu mal!!!

A partir destas explanações é que nos indagamos se este controle social se faz presente nos jornais locais? As notícias sugerem conceitos estereotipados e pejorativos contribuindo para a estigmatização dos adolescentes?

Deste modo, compreendemos as relações estabelecidas dos sujeitos (leitores) com a mídia impressa e assim "[...] com os acontecimentos e os fatos passam em parte pela

experiência direta que eles têm, mas também pelos testemunhos e evidências indiretos que recebem" (MICHAUD, 1989, p. 49).

Recentemente uma discussão se dimensionou na cidade de Ponta Grossa sobre o toque de recolher, isto é, adolescentes com idade inferior a 16 anos não poderão circular nos espaços urbanos a partir das 23 horas. Esta iniciativa aderida pelo poder público, Câmara dos Vereadores em conjunto com o Conselho Comunitário de Segurança Pública propôs uma audiência pública, convocando as demais entidades e representantes da sociedade civil de Ponta Grossa para tratar de assuntos referentes a segurança pública. No editorial do Jornal da Manhã, veiculado no dia 29 de outubro de 2011 expõe sobre esta questão:

> Não se tira o mérito da iniciativa do vereador Márcio Schirlo (PSB), em apresentar o projeto "toque de recolher", limitando o horário de permanência dos adolescentes menores de 16 anos em alguns espaços públicos como ruas, praças, logradouros públicos, parques de diversão, clubes, casas de fliperama, lan houses, danceterias, boates, bares, lanchonetes e congêneres. Fere o direito constitucional e não minimizará os índices de violência. O envolvimento da criança e do jovem no crime e na violência não é fomentado porque eles estão frequentando esses locais. É ingenuidade sustentar esse pensamento. A juventude se perdeu porque as famílias estão detonadas e principalmente porque os pais falharam na educação, não impuseram regras e tentam repassar essa responsabilidade, muitas vezes, para a escola, quando, também, os soltam às ruas, deixando-os à própria sorte.

Observamos que a expressão do pensamento do jornal em questão não compreende a manifestação do poder local como um elemento que possibilitará o combate da violência, pois traz em seu contexto a legalidade constitucional expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no art. 149, o qual compete ao poder judicial por meio de portaria autorizar a entrada ou permanência dos adolescentes, desacompanhados de pais ou responsáveis em determinados ambientes, o direito de ir e vir. Em detrimento, a culpabilidade da violência é relacionada ao contexto familiar, a partir de uma abordagem individual, o fenômeno da violência centraliza-se na família e não nos determinantes implícitos presentes na sociedade, isto é, falta de políticas públicas nas diferentes esferas (educação, saúde, assistência social, dentre outras), acesso aos serviços de Proteção Social Básica[7] no território e o desenvolvimento do sistema capitalista.

Deste modo, compreender o processo de estigmatização é fundamental para a análise de como os jornais podem contribuir para reforçar as diferenças presentes na sociedade. O poder simbólico perpassa os meios mediáticos, os quais podem contribuir para que sejam enfocadas as condições de normalidade nos comportamentos humanos,

prevendo qualquer comportamento que não se enquadre como normal, e portanto, condensando a estigmatização.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas, atribuindo o que é ordinário e natural para cada sujeito. O reconhecimento advém dos atributos e das categorias que possuímos sobre o outro, permitindo "[...] prever a sua categoria e os seus atributos, a sua 'identidade social' - para usar um termo melhor do que 'status social', já que nele se incluem atributos como 'honestidade', da mesma forma que atributos estruturais, como 'ocupação'" (GOFFMAN, 2004, p. 05). Reconhecer o outro como diferente supõe não identificar nele aquilo que consideramos como "normal" e "aceitável", e deste modo, "[...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída" (GOFFMAN, 2004, p. 06). Tal consideração é o estigma[8], o qual é utilizado por Goffman para definir um atributo depreciativo, termo que indica uma linguagem de relações e não de atributos. Deste modo, o estigma possui o potencial de impor dois extremos, isto é, um "[...] atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso" (GOFFMAN, 2004, p. 06).

Este processo de estigmatização pode ser apreendido pela própria linguagem discursiva dos jornais locais, os quais atribuem com raras exceções o termo adolescente, e utilizam-se frequentemente de terminologias como "menor" e "bandido", não prevendo uma forma mais individualizada de tratamento aos sujeitos.

Em outra matéria intitulada: *"Vida bandida"* do dia 17 de agosto de 2010 e veiculada pelo Jornal da Manhã, destacamos o papel do agendamento das políticas públicas, conforme relata a matéria:

> Adolescentes inseridos na vida criminosa. Quais motivos levam jovens a se envolverem com tráfico de drogas e prática de furtos? Quais políticas públicas podem ser realizadas para evitar com que crianças se percam na marginalidade? [...]. Segundo a juíza, por mês são assistidos entre 400 a 700 adolescentes infratores. 'Raros são os casos reincidentes. Os fatores que levam jovens estarem inseridos no crime são vários, segundo análise da juíza. 'São inúmeros os fatores. O principal é a falta de estrutura familiar. A maioria dessas famílias já possui conflito com a lei. Há pais que após o filho completar 12 anos já os pais pensam que ele 'pode se virar' sozinho. E deixam o jovem perambulando pelas ruas. A ausência de políticas públicas também colabora para isso', salienta Noeli.

O agendamento das políticas públicas nos meios de comunicação possuem uma papel fundamental a medida que contribui para que temas como a violência seja deliberados nos espaços públicos e possam fomentar as políticas públicas[9]. Além disso, é primordial que a mídia "[...] ao fornecer informações contextualizadas para a reflexão ao redor desses temas e, por fim, ao se transformar em guardiã das ações dos atores

responsáveis pela concepção, implementação e avaliação das políticas públicas" (CANELA e ANDI, 2007, p. 03). A partir desta questão que questionamo-nos se os jornais locais abordam o agendamento das políticas públicas nas notícias?

Podemos conceber que o fenômeno da violência só poderá ser compreendido como uma questão de políticas públicas, quando as notícias forem enfocadas não apenas pelas informações oriundas dos boletins de ocorrências policiais, mas a partir de uma cobertura diferenciada pelos repórteres, trazendo à tona os sujeitos centrais da notícia, sendo "[...] membros dos executivos estaduais, municipais ou federais diretamente ocupados das políticas de segurança pública, ou na medida em que especialistas se dedicam ao tema, tratando-o como um fenômeno social, cultural e político, e até mesmo de saúde pública" (CANELA e ANDI, 2007, p. 03).

Além disso, a partir de uma informação mais qualificada e expostas pela mídia impressa, poderá fomentar o exercício da cidadania, a medida que garante aos leitores o direito a informação. Portanto, "[...] toda aquela informação, de sentido social, indispensável para a vida em sociedade" (GENTILLI, 2005, p. 131). Além disso, contribuiria para a desmistificação da Legislação Social: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de que há apenas direitos e não deveres. Pois:

> Quando os meios noticiosos praticam uma abordagem superficial sobre a pauta de crianças e adolescentes, sem investigar causas e consequências, estatísticas e contextos referenciados nas normas e estruturas criadas pelo ECA, podem contribuir para dificultar a formação de um olhar crítico do público a respeito da temática. Daí a necessidade de, a partir do monitoramento sistemático das notícias veiculadas pela mídia, observar a presença de informações referentes a políticas públicas e soluções cabíveis em relação aos acontecimentos abordados, importantes para a construção de uma visão mais ampla e contextualizada do problema (ROTHBERG e BERTI, 2010, p. 238).

A sociedade necessita ter uma diversidade de informações que emergem dos meios de comunicação, em questão a mídia impressa, que possibilitem a compreensão da dimensão das políticas públicas, para que possam pressionar o poder público na efetividade das propostas. O papel social que a mídia exerce, ganha legitimidade a medida que abrange nas informações transmitidas a contextualização dos acontecimentos, que expõe uma discussão referenciada por especialistas, que traz a tona não apenas o discurso policial e possibilita dimensionar aos leitores uma nova compreensão sobre o fenômeno da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das notícias apresentadas verifica-se que as representações sociais da mídia sobre a violência se fazem presentes, a partir das representações sociais que

emergem das notícias. Estas representações sociais abrangem "[...] idéias, imagens, concepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, as quais estão vinculadas às práticas sociais" (MOREIRA e OLIVEIRA, 1998, p. XII). As representações influenciam o imaginário do leitor, sugerindo valores e possibilitam o que deve ser pensado. Esta função socializadora da mídia permite que os atores sociais criem e recriem uma interpretação da realidade.

Analisando os determinantes presentes na questão da violência suas formas, representações e repercussões nas matérias de jornais, observam-se a estigmatização da figura da criança e do adolescente, aliada a uma abordagem de naturalização do crime e negação dos sujeitos como sujeitos de direito. A falta de contextualização das matérias revela a negação da cidadania.

Ao abordar a violência, o papel da imprensa local deveria incluir nas pautas de discussão o outro lado desses sujeitos que, muitas vezes, estão excluídos da sociedade em que vivem. Colaborar para a efetividade dos direitos e constituir uma nova forma de "ver" o fenômeno contribuiria para o enfrentamento da violência e principalmente de viabilizar condições e políticas públicas para a área da criança e do adolescente.

---

[1] Tradução: A Psicanálise, sua imagem e seu público.

[2] O surgimento dos meios de comunicação retoma a segunda metade do século XV, a partir das técnicas de impressão desenvolvidas por Gutenberg na Europa (1440), a qual consistia em duplicar a fundição das letras de metal, de modo que poderia ser construído em grande quantidade elaborando um texto.

[3] O jornalismo atua no campo da produção e distribuição de notícias no campo das mídias. A diferença existente entre o campo da comunicação e do jornalismo incide que no primeiro o jornalista recebe gratuitamente a notícia, enquanto que no campo da informação, o jornalista deve procurar a notícia. O papel fundamental do jornalismo consiste na investigação e na denúncia dos problemas que se apresentam na sociedade.

[4] O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia, o qual tem por objetivo informar ao leitor: o quê, quem, onde, quando, o porquê e como. A função do *lead* é de informar de forma imediata e atrair a atenção do leitor para a notícia. Existem vários tipos de *lead*, são os acontecimentos que condicionam a sua utilização.

[5] A utilização da pirâmide invertida pode ser compreendida a partir de que as informações são dadas por ordem decrescente de importância.

[6] As TICs são instrumentos que constroem novos espaços-tempo, possibilitando novas formas de se estabelecer as relações sociais, novas formas institucionais e novas dimensões culturais. Deste modo, as TICs não podem mais se compreendidas apenas como mediações no que concerne aos meios de comunicação.

[7] A Proteção Social Básica tem por objetivo prevenir situações de risco (pessoal ou social) possibilitando o desenvolvimento de potencialidades e buscando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos familiares ou afetivos e de pertencimento social, isto é, discriminações oriundas por faixa etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências.

[8] O termo estigma utilizado pelo autor Goffman é usado como referência a um atributo depreciativo. Este atributo é utilizado no que se refere a linguagem e não na relação de atributos. Desta forma, um atributo que estigmatize um sujeito, pode confirmar a normalidade de outro. O estigma, não é nem honroso e nem desonroso, conforme a exposição do autor.

[9] As políticas públicas podem ser compreendidas como diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público. A materialidade das políticas públicas advém da formulação de documentos (leis programas, aplicabilidade do financiamento) que orientam a ação do poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbgnano, Nicola. (2007) Dicionário de Filosofia. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

Abric, Jean-Claude (1998) “A abordagem estrutural das representações sociais”, in, A. S. P. Moreira e D. C. Oliveira (orgs.), Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB.

Adghirni, Zélia Leal (2009) “O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia”. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/adghirni-zelia-jornalismo-informacao-comunicacao.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2009.

Arruda, Angela (2002) Teoria das representações sociais e teorias de gêneros. Cadernos de Pesquisa, n. 117.

Bonfim, Zulmira Áurea Cruz e Almeida, Sandra Francesca C. (1991/1992) “Representação Social, Conceituação, Dimensão e Funções”. Revista de Psicologia, V. 10.

Bourdieu, Pierre (1998) O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Canela, Guilherme e ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) (2007) Mídia e Políticas Públicas de Comunicação: uma análise empírica da imprensa brasileira. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos.

Cohn, Gabriel (2001) “O campo da Comunicação”, in: A. F. Neto e J. L. A. Prado (orgs), Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas. Editora Universitária: João Pessoa.

Correia, João Carlos (2011) O mundo admirável das notícias: teorias e métodos. Covilhã, UBI: LabCom.

CORREIA, João Carlos (2009) Teoria e Crítica do discurso noticioso: Notas sobre o Jornalismo e as representações sociais. Universidade da Beira Interior: LabCom.

Esteves, João Pissarra (2002) “O poder médium. Que linguagem, que comunicação? Apontamentos sobre moral e política, funcionalidade e sistemas”, in, Correia, J. C. (org) Comunicação e Poder. Universidade da Berra Interior. Disponível em:< http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110826-correia_comunicacao_poder.pdf> Acesso em 30 de abril de 2012.

Gentilli, Victor (2005) Democracia de massas: jornalismo e cidadania. Coleção Comunicação n° 32. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Goffman, Irving (2004) O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Sabotagem.

Jovchelovitch, Sandra (2002) “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais”, in, P. A. Guareschi e S. Jovchelovitch (org.), Textos em representações sociais. Rio de Janeiro: Vozes.

Jorge, Thaís de Mendonça (2006) “A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa”. Unirevista - Vol. 1, n° 3.

Martín-Barbero, Jesus (2003) “Globalização comunicacional e transformação cultural”, i: D. Moraes (org.) Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record.

Michaud, Yves (1989) A Violência. São Paulo: Editora Ática.

Minayo, Maria Cecília de Souza e Sanches, Odécio. (1993) “Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?”. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em 29 de abril de 2011.

Moreira, Antônia S. P. e Oliveira, Denize C. (1998), (orgs.) Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB.

Moscovici, Serve (2003) Representações Sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Petrópolis Vozes.

Neves, José Luiz (2010) “Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades”. Disponível em:< http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2010.

Ordaz, Olga e Vala, Jorge (1998) “Objetivação e ancoragem das representações sociais o suicídio na imprensa escrita”, in, A. S. P. Moreira e D. C. Oliveira (orgs.), Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB.

Organização Mundial de Saúde (2002) Definição de violência.

Ramos, Silvia e Paiva, Anabela (2007) (orgs) Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Rothberg, D. e Berti, P. L. B. (2010) Políticas públicas e direitos de crianças e adolescentes: O papel da mídia na expansão da cidadania. Estudos em Jornalismo e Mídia • Volume 7 Nº 2 Disponível em: < http://journal.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/15049>. Acesso em: 30 de novembro, 2011.

Thopson, J. B. (1998) A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes.